

ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA CLÁUSULA DE CONTEÚDO LOCAL COMO POLÍTICA PÚBLICA APTA A GERAR DESENVOLVIMENTO SOCIAL

André Rodrigues Fabrício¹, Yanko Marcius de Alencar Xavier²

Bolsista PRH-ANP 36, andred2007.2@hotmail.com, ¹Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ²Coordenador PRH-36, yanko.xavier@gmail.com, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

R E S U M O

MOTIVAÇÃO: Dentre as políticas regulatórias existentes na indústria do petróleo tem destaque a de investimento em Conteúdo Local prevista em contratos de concessão de atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural regulados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que impõe às empresas atuantes no setor que no decorrer de suas atividades torne possível e preferencial a participação de fornecedores brasileiros de bens e serviços como elos da cadeia produtiva a que estão integrados em condições equivalentes as das empresas estrangeiras, evidenciando-se como uma política afirmativa com traços de planejamento político-econômico voltado ao atendimento de demandas socioeconômicas existentes. Ocorre que, políticas públicas como a exigência em investimento em conteúdo local, por criar critérios diferenciadores da formulação convencional de isonomia, restringindo direitos fundamentais como a liberdade de iniciativa das empresas, passa a exigir uma indispensável análise sob a ótica dos princípios constitucionais.

OBJETIVO: Analisar a Cláusula de Conteúdo Local como política pública decorrente da aplicação do princípio da função social da empresa, sob a perspectiva da Constituição Federal de 1988, bem como dos limites jurídicos existentes a partir do poder econômico e da regulação do mercado, visando garantir critérios de desenvolvimento nacional.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO A análise da cláusula de conteúdo local tem direta consequência na regulação dos contratos de concessão da indústria do petróleo, uma vez que observados os seus limites de imposição de medidas, dentre dos parâmetros constitucionais, é possível se estabelecer ou não um possível reforço nesta política de regulação, ou ao final, por outro lado, poder-se-ia estabelecer a necessidade de minimização da política em prol de uma concorrência mais acirrada no setor, com vistas a uma maior produtividade.

RESULTADOS OBTIDOS: No estágio em que se encontra a pesquisa percebe-se que, a política de conteúdo local deve ser concretizada em formatação de programa, indicando quais são as áreas que podem ser impulsionadas, como as necessidades da indústria petrolífera podem ser sanadas após o investimento em determinado nicho de produção, estabelecendo metas de ampliação do pátio industrial, bem como incrementando áreas outras de escoamento da produção, e principalmente organizando e estruturando programas de formação de recursos humanos nas localidades, reduzindo custos dos investidores, e possibilitando a manutenção da qualidade dos produtos.



RAA
REUNIÃO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE PRH-ANP
AracajuSE
27 a 30/10 de 2013



Entretanto, ainda se vê necessário um estudo ainda mais profundo sobre os aspectos que constituem a esta política pública e como ela é limitada a partir dos princípios constitucionais.